


# Parcerias Público-Privadas



As tendências da economia brasileira e as Parcerias Público-Privadas foram o tema do encontro do IBEF SP, no dia 14 de setembro de 2011, na sede do Instituto. Para apresentar os assuntos, foi convidado o economista Gesner Oliveira, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV-SP) e sócio da GO Associados, que atua nas áreas de estudos econômicos, regulação em infraestrutura, avaliação e reequilíbrio econômico financeiro, defesa da concorrência, defesa comercial e parcerias nas áreas de saneamento e soluções ambientais.

O desenvolvimento do País e as possibilidades de crise enfrentadas pelos empresários foram contextualizados por meio de metáforas, que apresentam diferentes cenários diante da situação externa. “Se estivéssemos dentro de um avião e passássemos por problemas no voo, a dúvida seria se a turbulência era passageira, recorrente, uma estagnação prolongada ou uma quase queda. Analisaremos esses possíveis cenários na economia brasileira”, afirmou Gesner.

**GESNER OLIVEIRA** é professor de Economia da FGV-SP desde 1990. Doutor pela Universidade da Califórnia (Berkeley), é também mestre pela Universidade de Campinas e bacharel pela Universidade de São Paulo. Em 2006, foi professor-visitante da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Exerceu cargos no Ministério da Fazenda, como secretário adjunto de Política Econômica (1993 – 1994) e secretário de Acompanhamento Econômico (1995). Presidiu o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) entre 1996 e 2000 e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) entre 2007 e 2010. Foi sócio da Tendências Consultoria, entre 2000 e 2007, e fundou a GO Associados.

# e o crescimento do País

De acordo com o palestrante, 70% das probabilidades são encontradas nos cenários intermediários de turbulência recorrente e de estagnação complicada, em que as empresas enfrentam períodos de tensão e até de paralisia parcial.

Em análise sobre o período de 1995 a 2002, Gesner afirmou que foi uma fase adversa, com crises na Ásia e Rússia, e que o crescimento do Brasil foi de 2% ao ano. Já de 2003 a 2010, o crescimento passa para 4% ano. “Se o mundo vai bem, a gente cresce a 4%; se o mundo vai mal, crescemos a 2% ao ano. Isso serve como referência”, explicou.

Para apresentar a situação atual da Europa, o professor disse que por trás de toda a crise há um dilema entre aprofundar a integração ao retroceder. “Se a Europa quiser enfrentar os seus problemas, terá que ter um grau de integração das políticas macroeconômicas muito maior, em particular as políticas fiscais. O que é difícil e precisa de tempo para fazer.”

Com esse quadro, surge uma pergunta recorrente entre os brasileiros: “O que acontecerá com o Brasil com essa crise mundial?” Para essa dúvida, o professor apresentou três situações que podem atrapalhar. “Podemos ter uma queda acentuada nos preços das *commodities*, elevado nível de crédito com taxas menos acentuadas e a falta de espaço para a expansão fiscal”, relatou o palestrante.



Roberto Goldstajan  
(coordenador da Comissão de Tributos do IBEF SP)

De acordo com o *Relatório de Competitividade Global 2011-2012*, anunciado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil está classificado como um país que tem uma boa regulação do mercado financeiro, grande mercado interno, grande potencial de oferta e solidez no sistema financeiro. No entanto, o País tem desperdício de gasto governamental, regulação onerosa, burocratização e educação primária deprimente.

IBEF SP promove palestra sobre as tendências da economia brasileira com Gesner Oliveira





“MAIS DA METADE DA POPULAÇÃO NÃO TEM ACESSO À COLETA DE ESGOTO E 8 MILHÕES DE PESSOAS NÃO TÊM ACESSO A BANHEIRO. ESSES SÃO PROBLEMAS CONCRETOS. SE O NÍVEL ATUAL DE INVESTIMENTO FOR MANTIDO, A UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ESGOTO PARA A POPULAÇÃO SERÁ FEITA APENAS EM 2060”

“COM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO, O PROBLEMA DO BRASIL NÃO É DE GASTOS E SIM DE GESTÃO, EFETIVIDADE DO QUE É INVESTIDO E PRODUTIVIDADE”

**Gesner Oliveira (professor da Fundação Getulio Vargas – FGV-SP e sócio da GO Associados)**

Outros pontos críticos ressaltados foram: infraestrutura dos aeroportos, energia e educação. “Com relação à educação, o problema do Brasil não é de gastos e sim de gestão, efetividade do que é investido e produtividade”, disse o docente, que ressaltou, ainda, que na área de inovação o País gasta pouco em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) e há poucas patentes (3.800) em comparação com a China, que tem 122.000 patentes registradas.

Entre as mazelas e os pontos positivos, é necessário que o País aumente as taxas de investimentos para subir no *ranking* da competitividade global. “Precisamos mobilizar o capital privado e aumentar os investimentos. Estimular as Parcerias Público-Privadas”, esclareceu Gesner, que aproveitou a sua experiência como presidente da Sabesp, entre 2007 e 2010, e apresentou dados do saneamento do Brasil para exemplificar algumas das áreas críticas.

“Mais da metade da população não tem acesso à coleta de esgoto e 8 milhões de pessoas não têm acesso a banheiro. Esses são problemas concretos. Se o nível atual de investimento for mantido, a universalização do serviço de esgoto para a população será feita apenas em 2060. Para antecipar essa situação, precisamos duplicar a plataforma de investimento e aumentar a produtividade desse investimento. Ou seja, é dinheiro e gestão para trazer essa realidade para depois do bicentenário da independência do País, que será em 2022”, informou Gesner.

#### Parcerias Público-Privadas (PPPs)

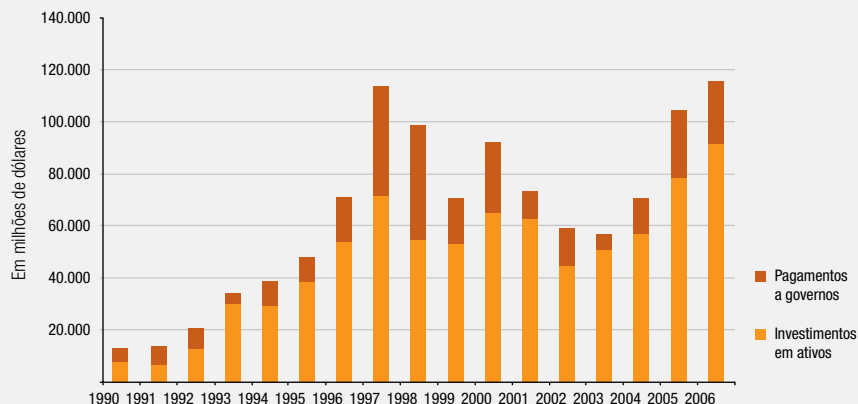
A lei de PPPs foi aprovada em dezembro de 2004 e consiste em uma forma de contratação em que o governo transfere a uma empresa privada a atribuição de realizar um projeto de interesse público.

Os projetos são referentes à prestação de serviços em geral, em conjunto com uma obra pública, em que o parceiro privado fica responsável pelos investimentos e pela gestão do negócio, podendo ser remunerado por cobrança de tarifa dos usuários e por contraprestação pública.



*Luis Roberto Calado (Brain), Keyler Carvalho Rocha (FEA-USP/presidente do Conselho de Administração do IBEF SP), Gesner Oliveira (professor da Fundação Getúlio Vargas – FGV-SP e sócio da GO Associados), Antonio Carlos Moro (Adial) e Roberto Goldstajn (coordenador da Comissão de Tributos do IBEF SP)*

## A PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO EM INFRAESTRUTURA ESTÁ AUMENTANDO (1990-2006, EM MILHÕES DE DÓLARES)



Fonte: Banco de dados (Banco Mundial)  
Investimentos em milhões de dólares no ano da contratação para países de renda baixa a média

Segundo o artigo 4º da Lei 11.079/2004, a contratação de Parceria Público-Privada deve seguir as seguintes diretrizes:

I – eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade;

II – respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;

III – indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;

IV – responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;

V – transparência dos procedimentos e das decisões;

VI – repartição objetiva de riscos entre as partes;

VII – sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

Em seguida, Gesner compartilhou informações de um de seus trabalhos que mostra propostas em quatro categorias, com o objetivo de facilitar a realização de PPPs nas áreas legislativas, institucionais, gerenciais e culturais.

Para o legislativo, uma das dificuldades da realização das PPPs é que a lei prevê a existência de um fundo garantidor, que a União tem, mas que não pode oferecer aos Estados e municípios. “Esse é um fator importante, pois as garantias são fundamentais para os projetos caminharem e reduzir a incerteza e custo no investimento”, esclareceu o palestrante, que também disse que outra dificuldade é o limite de 3% sobre a receita corrente, que precisa ser ampliada, para permitir mais Parcerias Público-Privadas.

### Outras dificuldades:

- As unidades de PPPs são frágeis na administração pública.
- Desconhecimento dos municípios sobre as modalidades, falta de capacitação para efetivar os projetos.
- As agências reguladoras estão à margem das PPPs.
- A não fixação de critérios objetivos para escolher a modalidade de contratação.

Para finalizar, Gesner Oliveira ressaltou que é importante um trabalho conjunto e harmonioso entre a área jurídica e econômica-financeira para que a legislação esteja mais apropriada e permita o avanço do País do ponto de vista institucional e rapidez e eficiência na realização dos projetos. ■

# FOQUE NO SEU NEGÓCIO E FALE CONOSCO!



Serviços de

**CONTABILIDADE**

**TRIBUTOS**

**GESTÃO DE PESSOAS**

**CONSULTORIA**

RIO DE JANEIRO  
AV. PRESIDENTE VARGAS, 409 - 21º/22º  
CENTRO - TEL.: (21) 3233-4700

SÃO PAULO  
RUA LÍBERO BADARÓ, 471 - 13º  
CENTRO - TEL.: (11) 3295-4700